

## **Percepção sobre o ensino da disciplina Contabilidade Pública: Um estudo em uma IES particular no Estado do Rio de Janeiro**

### **RESUMO**

Este trabalho possui como objetivo principal avaliar a percepção discente sobre a disciplina Contabilidade Pública. Parte-se da hipótese de que a Contabilidade aplicada à Administração Pública, mesmo sendo uma área de suma importância e responsabilidade, ainda é muito pouco difundida nas instituições de ensino superior, principalmente na graduação. Desta forma, foram coletados dados referentes à percepção que os graduandos dos últimos períodos do curso de Ciências Contábeis de uma IES particular no Estado do Rio de Janeiro têm sobre a disciplina Contabilidade Pública, seu interesse em ingressar neste mercado e o preparo que acreditam possuir. O presente estudo se caracterizou em uma pesquisa exploratória, cujos procedimentos de investigação utilizados foram a pesquisa bibliográfica e documental e o levantamento através de questionário aplicado ao grupo de graduandos já mencionado. Quanto à pesquisa bibliográfica e documental, buscou-se conceituar a Contabilidade Pública, assim como expor seu objetivo e seu objeto de estudo, embasados nos diversos dispositivos legais que regem o setor público. Já no levantamento de dados, o foco esteve na hipótese e objetivo já expostos e, após análise dos dados coletados, verificou-se a percepção da importância da disciplina para a formação profissional, o grande interesse em atuar neste mercado de trabalho e, em contrapartida, o sentimento de falta de preparo suficiente para a efetiva atuação, além da pouca oferta de disciplinas que abordem a Contabilidade do setor público, tendo a grande maioria dos pesquisados cursado somente uma cadeira sobre o assunto.

**Palavras-chave:** Contabilidade Pública. Ensino Superior. Ciências Contábeis.

### **1. INTRODUÇÃO**

A necessidade de controlar o patrimônio fez com que o homem desenvolvesse formas cada vez mais complexas de organizá-lo e contabilizá-lo. Assim sendo, pode-se dizer que o desenvolvimento da Contabilidade sempre esteve ligado ao desenvolvimento social, comercial e institucional das sociedades (IUDÍCIBUS, 2006).

A Contabilidade surge das necessidades práticas de controle do patrimônio e sempre procurou se adaptar às mudanças na sociedade para continuar cumprindo seu principal papel de provedora de informações confiáveis aos seus usuários.

No século XV ocorre a publicação do livro “*Suma de Arithmetica Geometria et Proportionalitá*”, escrito pelo Frei Luca Pacioli, que apresenta, em seu capítulo “*Tractatus de Computis et Scripturis*”, a Contabilidade por partidas dobradas e se torna um grande marco para a história da Contabilidade.

O método divulgado por Pacioli é utilizado até hoje em todos os níveis e setores de contabilidade. Um deles é o setor privado que está em constante aperfeiçoamento para garantir informações tempestivas e confiáveis cada vez mais rápidas com o objetivo de auxiliar na tomada de decisão dos gestores, sócios, acionistas e todos os possíveis usuários deste sistema.

Outro ramo importante é o setor público, com a Contabilidade Pública que é um ramo da contabilidade exclusivo da Administração Pública e tem o objetivo, segundo Felgueiras (2007, p. 3),

Fornecer informações atualizadas e exatas à Administração para subsidiar as tomadas de decisões e, aos Órgãos de Controle Interno e Externo para o cumprimento das normas legais, bem como às instituições governamentais e particulares informações estatísticas e outras de interesse dessas instituições.

Este ramo específico será o foco deste estudo, cuja hipótese levantada é a de que a Contabilidade aplicada à Administração Pública, mesmo sendo uma área de suma importância e responsabilidade, ainda é muito pouco difundida nas instituições de ensino superior, principalmente na graduação. Por este motivo a percepção dos graduandos em Ciências Contábeis de uma IES particular no estado do Rio de Janeiro sobre a disciplina de Contabilidade Pública representa o problema central deste estudo, que tem como objetivo coletar informações sobre a visão que estes graduandos possuem e verificar, de forma simplificada, a contribuição da IES pesquisada na demanda de profissionais contadores na área pública.

O problema a ser estudado tem por base a afirmativa de Pêgas (apud FELGUEIRAS, 2007) de que a Contabilidade Pública talvez seja a disciplina que os alunos de graduação menos lembrem quando perguntados ao final do curso.

## **2. CONTABILIDADE PÚBLICA**

### **2.1. Conceito**

A Contabilidade Pública é o ramo da Ciência Contábil norteado pelas normas do Direito Financeiro, pelos princípios gerais de finanças públicas e pelos princípios de Contabilidade e que, a partir do registro de atos e fatos administrativos, apura os resultados e elabora relatórios periódicos (MOTA; FEIJÓ; PINTO, 2009).

A Lei 4.320 de 17 de março de 1964 estatui as normas do Direito Financeiro e reserva quatro capítulos para a Contabilidade Pública (Título IX – da contabilidade)

determinando a forma de atuação deste ramo perante as entidades públicas, delineando seus deveres e obrigações.

Segundo Felgueiras (2007, p. 1), a Lei 4.320/64 define “a Contabilidade Pública como sendo o ramo da Contabilidade que coleta, registra e controla os fatores da Fazenda Pública e suas variações, bem como acompanha a execução dos orçamentos”. Papel verificado no art. 78 do Decreto-Lei 200 de 25 de fevereiro de 1967 que diz que “o acompanhamento da execução orçamentária será feito pelos órgãos de contabilização”.

A Contabilidade Pública no Brasil é regida por diversos dispositivos legais, dentre eles encontra-se a Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que visa manter o equilíbrio das contas públicas, através do condicionamento das despesas à capacidade de arrecadação, e a transparência e planejamento das ações públicas, dentre outras.

De acordo com Cruz (et al., 2011, p. 2), “a novidade da Lei de Responsabilidade Fiscal reside no fato de responsabilizar especificamente a parte da gestão financeira a partir de um acompanhamento sistemático do desempenho mensal, trimestral, anual e plurianual”. A LRF tem amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988 que trata das normas gerais.

Em 2008, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), visando a promoção do desenvolvimento conceitual, o fortalecimento institucional da Contabilidade Pública e a convergências às normas internacionais de Contabilidade, publicou as primeiras Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16), alinhadas às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS). Estas normas objetivam, além do cumprimento dos aspectos legais e formais, o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação de atos e fatos administrativos reflitam a essência das transações governamentais e seu impacto no patrimônio (LIMA; SANTANA; GUEDES, 2009).

A NBC T 16.1, aprovada pela Resolução CFC 1.128 de 21 de novembro de 2008, conceitua a Contabilidade Pública como “o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público”.

## 2.2. Objeto da Contabilidade

O objeto da Contabilidade de forma geral é o patrimônio, assim podemos entender que o objeto da Contabilidade Pública compreende o patrimônio público que, de acordo com a Resolução CFC nº 1.129 de 21 de novembro de 2008,

é o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.

Conforme o artigo 98 do Código Civil – Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 - “São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem”. E continua dividindo-o em três tipos: de uso comum do povo, de uso especial e dominicais.

Os bens de uso comum do povo são, segundo Meirelles (2011), todos os locais de uso coletivo, abertos à utilização pública, como rios, mares, praças, estradas, ruas etc.

Os bens destinados a execução do serviço público, tais como edifícios, terrenos, veículos, dentre outros que o Estado põe a disposição do público com destinação especial, são conceituados como bens de uso especial. Estes “somente constituem o conjunto de bens públicos, mas não fazem parte do seu patrimônio” (KOHAMA, 2010 p. 177).

Os bens dominicais são aqueles que a pessoa jurídica de direito público exerce poder de proprietário, podendo utilizados para qualquer finalidade, inclusive alienados.

Tabela 1 – Tipos de Bens Públicos

<b>Bens Públicos</b>	<b>Características</b>	<b>Exemplo</b>
<b>De uso comum do povo</b>	Locais abertos a utilização pública.	Rios, mares, praças, ruas, estradas.
<b>De uso especial</b>	Destinados a execução dos serviços públicos.	Prédio de um hospital público.
<b>Dominicais</b>	Pessoa Jurídica de direito público exerce poder de proprietário.	Caixa – Numerário.

### 2.3. Objetivo da Contabilidade

Conforme o conceito apresentado na NBC T 16.1, já mencionada anteriormente,

O objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social.

Alguns dos usuários das informações fornecidas pela Contabilidade Pública são os Órgãos de Controle Interno e Externo, visando o cumprimento das normas legais, além de fornecer informações estatísticas e outras de interesse de instituições governamentais e particulares (FELGUEIRAS, 2007).

Existem três tipos de usuários das informações da Contabilidade Pública, de acordo com o *Governmental Accounting Standards Boards* (GASB), são eles: o cidadão, os membros do Legislativo e os investidores e os credores, conforme Tabela 2 (apud SILVA, 2011).

Tabela 2 – Tipos de usuários

Grupos de usuários	Tipos de usuário	
<b>CIDADÃOS</b>	-Contribuintes -Eleitores -Usuário dos serviços -Mídia (rádio, televisão, jornal) -Associações e grupo de defesa do cidadão -Estudiosos de finanças públicas	
<b>PODER EXECUTIVO</b>	Federal	-Câmara Federal -Senado -Tribunal de Contas da União
	Estadual	-Assembléias Legislativas -Tribunais de contas
	Municipal	-Câmaras dos Vereadores -Tribunais de Contas -Conselhos de Contas
<b>INVESTIDORES E CREDITORES</b>	-Investidores Institucionais -Fornecedores e Prestadores de Serviço -Agência de classificação de risco -Instituições Financeiras	

O interesse principal dos cidadãos nas Demonstrações Contábeis, segundo Silva (2011, p. 16), é “avaliar as condições financeiras e a probabilidade de aumento de impostos ou taxas de serviços”, além de verificar o que é investido em determinadas funções como saúde, educação, segurança, por exemplo, exigindo, inclusive, o aumento destas aplicações.

Os membros do Legislativo, que representam os cidadãos, devem avaliar a condição financeira global, assegurando o cumprimento das leis, normas e regras que regem as finanças públicas. “Preocupam-se, ainda, com o nível e as fontes de recursos e o nível e os tipos de gasto, principalmente nas funções em que estabeleceram aplicação mínima, como Educação e Saúde” (SILVA, 2011, p. 17).

Os investidores e credores têm interesse em, através das informações sobre os recursos financeiros disponíveis e a posição da dívida consolidada, bem como a habilidade para continuar arrecadando, “fazer análise das tendências e identificar pontos fortes e pontos fracos na geração de recursos, principalmente para amortização da dívida” (SILVA, 2011, p. 17).

### **3. METODOLOGIA**

#### **3.1. Tipologia da pesquisa**

Com base na classificação apresentada por Gil (2002, p. 41), este estudo é exploratório, pois tem “como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” e de natureza descritiva, por sua finalidade ser, “a descrição das características de determinada população ou fenômeno” (2002, p. 42).

Quanto aos procedimentos de investigação, optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental e, principalmente, o levantamento, por se tratar de, ainda segundo Gil (2002, p. 50), “interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer”. Visando atingir maior número de pessoas simultaneamente e obter respostas rápidas e precisas, este levantamento será realizado através de questionário (LAKATOS; MARCONI, 2010).

### **3.2. Amostra pesquisada**

A amostra selecionada para esta pesquisa é composta por alunos do sétimo e oitavo períodos de uma Instituição de Ensino Superior (IES) privada, na cidade do Rio de Janeiro.

A população total, segundo coordenação do curso de Ciências Contábeis é de aproximadamente 120 (cento e vinte) estudantes matriculados no currículo 150 do curso e o questionário (Apêndice A) foi entregue, entre os dias 24 e 25 de novembro de 2011, para 57 graduandos, que representam aproximadamente 48% da população total, e todos foram devidamente respondidos.

### **3.3. Coleta e tratamento de dados**

Os dados necessários à pesquisa foram coletados através de um questionário com perguntas fechadas, sendo a primeira parte, com quatro perguntas, reservada aos dados do pesquisado e a segunda parte contendo duas perguntas com opção de sim e não e quatro perguntas que utilizam a escala de *Likert* de cinco pontos, onde 1 é o menor grau e 5 é o maior grau para resposta.

A forma de perguntas fechadas foi escolhida para que a análise e organização dos dados fossem facilitadas. Desta forma pudemos escalonar as respostas e representá-las em gráficos e tabelas através do programa *Microsoft Excel 2007* e a ferramenta *Google Docs*, tornando de fácil visualização os resultados obtidos.

## **4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

Os dados obtidos nesta pesquisa foram agrupados e analisados a fim de atender ao objetivo principal deste estudo, entendendo a percepção dos graduandos em Ciências Contábeis da IES escolhida sobre a disciplina Contabilidade Pública e, através do interesse e preparo declarados pelos alunos para atuar na área pública, projetar, de forma simplificada a demanda de futuros profissionais de contabilidade focados neste setor.

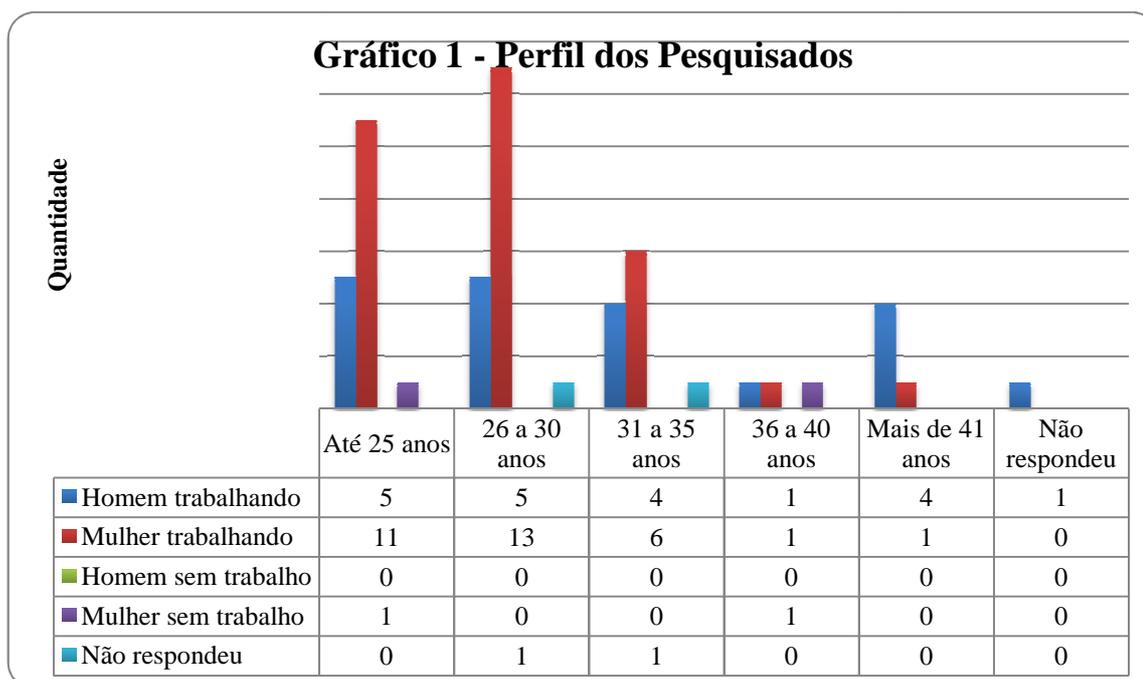
No questionário de coleta de dados foram solicitadas algumas informações para estabelecer o perfil dos pesquisados, primeiro subitem desta seção, como gênero, idade, se está ativo no mercado de trabalho e em qual turno estuda. O segundo subitem foi reservado ao entendimento dos futuros contadores quanto à importância da disciplina estudada na formação profissional e o nível de conhecimentos que os graduandos

acreditam ter sobre o tema proposto. No terceiro e último subitem, procura-se analisar, a partir da vontade e conhecimento declarados pelos graduandos para trabalhar no setor de Contabilidade Pública, a contribuição da IES pesquisada para este mercado.

#### 4.1. Perfil dos pesquisados

O perfil dos pesquisados foi traçado a partir da primeira parte do questionário, em que são solicitados os dados: sexo, idade, turno em que estuda e se trabalha ou não.

Após agrupamento e análise das informações obtidas, tem-se o seguinte panorama: a maior parte dos entrevistados, cerca de 23%, são mulheres entre 26 e 30 anos de idade ativas no mercado de trabalho (Gráfico 1). Quanto ao turno, todos, exceto um sem resposta, estudam no turno da noite e somente um pesquisado não cursou nenhuma disciplina de Contabilidade Pública.

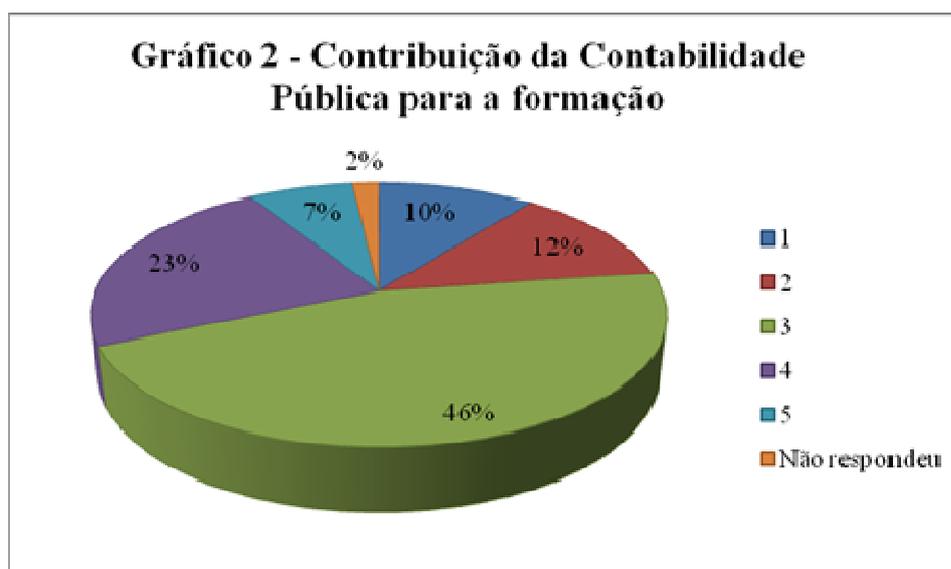


#### 4.2. A importância da Contabilidade Pública para a formação e nível de conhecimento obtido, na percepção dos pesquisados

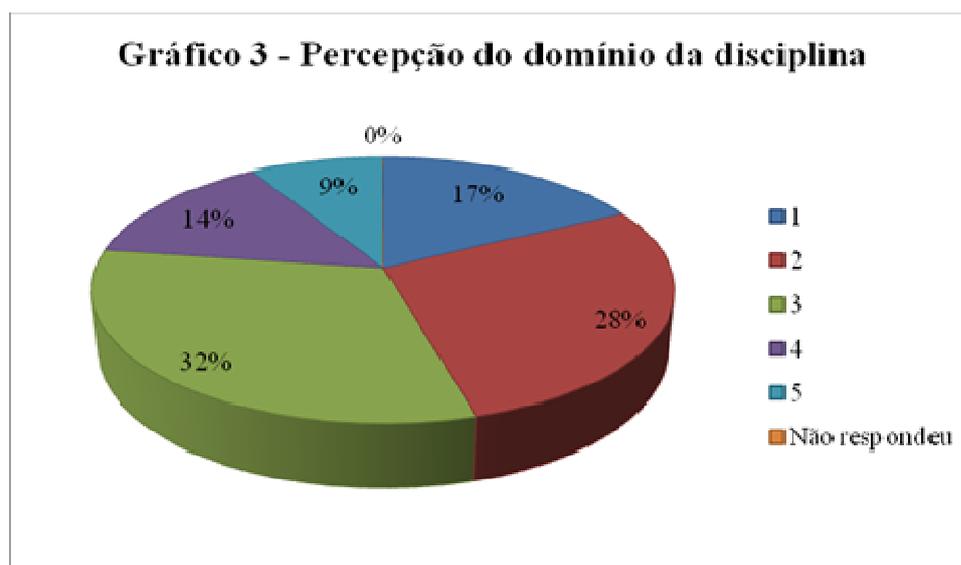
Através das respostas à pergunta: “quanto o ensino de Contabilidade Pública contribui para a sua formação?”, pode-se perceber, conforme Gráfico 2, que os graduandos acreditam que a Contabilidade Pública tem relevância intermediária para importante em sua formação acadêmica, já que 46% dos entrevistados marcou, em uma

escala de 1 a 5, que a importância da disciplina discutida é 3 (intermediário) e 23% acredita que este nível é 4 (importante).

É importante ressaltar que o currículo da IES escolhida possui somente uma disciplina voltada à Contabilidade Pública e que 86% dos pesquisados só tiveram contato formal com o assunto através desta disciplina.



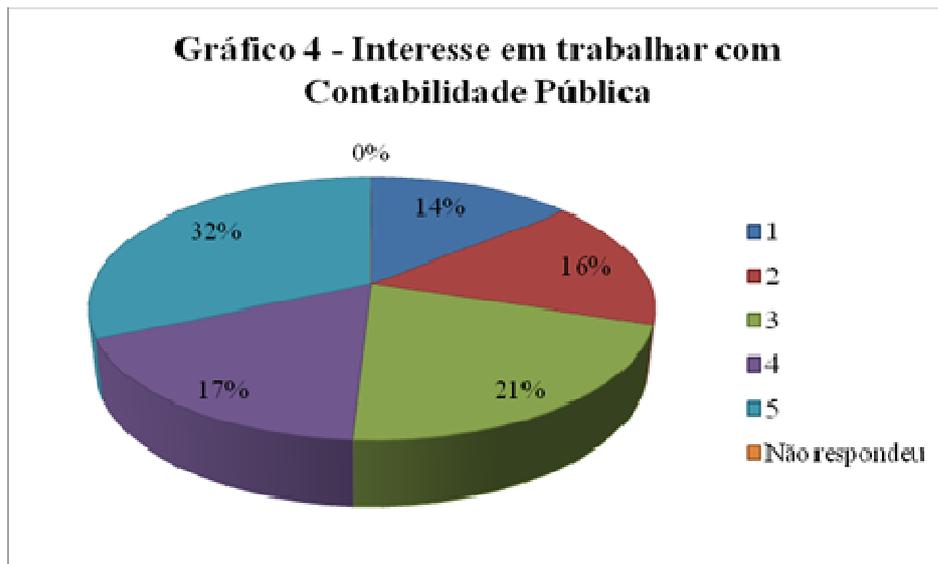
Já na questão sobre domínio do assunto estudado, vê-se que os respondentes acreditam ter um nível de domínio entre 3 (intermediário) e 2 (baixo), totalizando 60% das respostas, conforme pode-se observar no Gráfico 3.



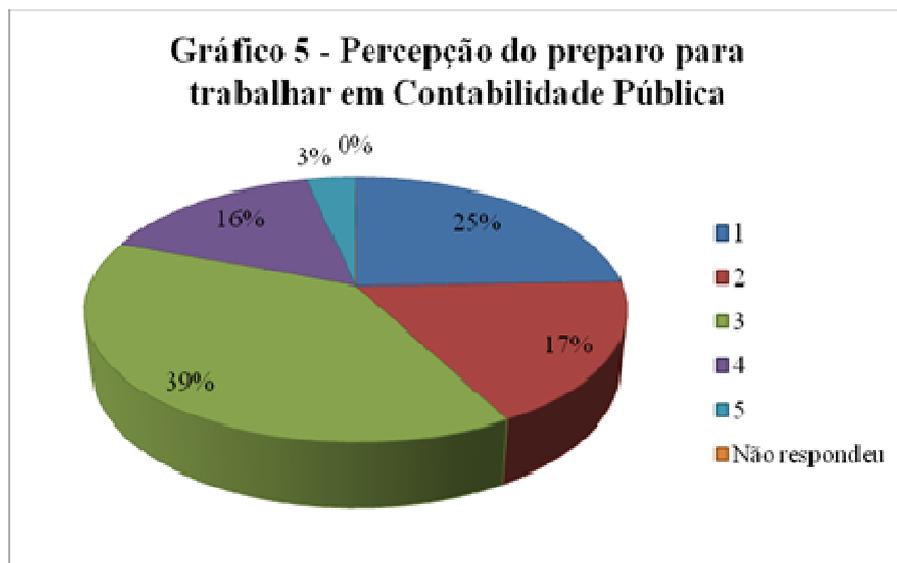
O que mostra que, na percepção dos estudantes a Contabilidade Pública é uma disciplina relativamente importante, entretanto, o domínio desta não é pleno (5), nível que somente 5 alunos acreditam ter.

### 4.3. Interesse e preparo para atuar na área pública

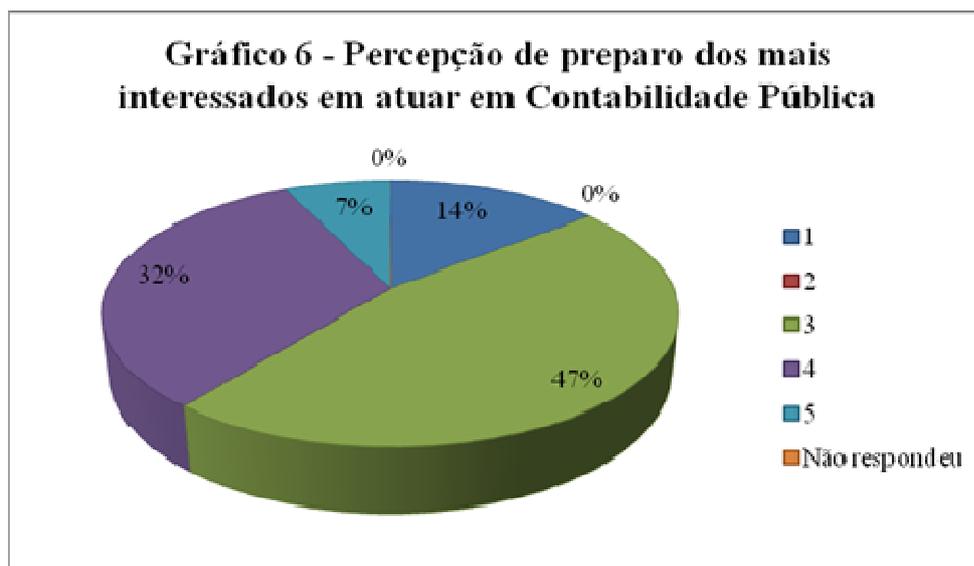
A partir da análise das respostas às perguntas 5 e 6 do questionário – “qual o seu interesse em trabalhar na área de Contabilidade Pública?” e “O quanto você se sente preparado para trabalhar nesta área?”, respectivamente – Verifica-se que 32% dos respondentes tem muito interesse neste mercado, e que somente 8 pessoas não tem nenhum interesse em seguir a carreira de contador público, o que representa 14% do total (Gráfico 4).



Mesmo com todo interesse declarado nesta pesquisa, é possível verificar que somente uma minoria de 3% (2 pessoas) sente-se preparada para atuar neste setor e que 39% dos pesquisados acreditam ter um preparo médio para a profissão.



De acordo com a amostra pesquisada, 28 profissionais (49%) provenientes desta instituição seriam Contadores Públicos, levando-se em consideração os 2 maiores níveis de resposta (4 e 5). Dentre estes 28 graduandos com alto interesse em seguir a carreira de Contador Público, 39% acredita estar bastante ou totalmente preparado para o cargo, mas a maioria (47%) acredita estar em um nível intermediário e 14% acreditam não estar preparados (Gráfico 6).



## 5. CONCLUSÕES

Esta pesquisa teve como propósito identificar entre os discentes dos últimos períodos da graduação de Ciências Contábeis de uma IES particular do Rio de Janeiro, o conhecimento que possuem, a importância que atribuem e o interesse e preparo para atuar como Contador do setor público.

É importante ressaltar que este trabalho tem suas limitações devido a pouca bibliografia na área de ensino da disciplina foco deste trabalho e não pretendia concluir sobre o assunto pesquisado, mas sim fazer proposições a partir dos dados coletados, possibilitando futuras pesquisas sobre o ensino da disciplina Contabilidade Pública na graduação.

As recentes Normas Contábeis para o Setor Público, visando adequá-lo às normas internacionais, trazem muitas mudanças para este setor, cobrando cada vez mais especialização e preparo dos profissionais da área. Desta forma, é importante que os

profissionais Contadores que pretendem ingressar na carreira pública busquem cursos específicos e se preparem efetivamente para o cargo pretendido.

Mesmo com toda mudança na área pública e o destaque do setor, a hipótese levantada quanto a pouca difusão da Contabilidade Pública no ensino superior foi confirmada tendo em vista que 86% dos alunos pesquisados somente tiveram acesso formal ao ensino de Contabilidade Pública através de uma única disciplina ministrada no curso.

Entretanto, mesmo com o pouco contato da maioria pesquisada com o assunto Contabilidade Pública, a importância atribuída a esta matéria para a formação profissional do indivíduo é relevante (níveis 3 e 4 na escala da pesquisa) e o interesse de atuar na área está entre os mais altos para a grande maioria. Já o preparo que os acadêmicos acreditam ter para atuação na área pública é de médio para pouco. O que significa a formação de profissionais interessados neste mercado, mas com pouco preparo para atuação efetiva.

Não se devem generalizar os dados obtidos nesta pesquisa, por se tratar de amostra bastante reduzida e específica, além de tratar da percepção que o grupo estudado tem do assunto, o que não necessariamente reflete a realidade. De modo que se sugere, para futuros estudos, a utilização de maior amostra, com a participação de mais instituições privadas e públicas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAZIELLAS, Maria de Lourdes Motta; ANÇÃ, Nelza Maria Moutinho. **Normas para apresentação de trabalho de conclusão de curso, monografia, dissertação e tese**. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: 13 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. **Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal**. Brasília, DF, 17 mar. 1964. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4320compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320compilado.htm)>. Acesso em: 18 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Brasília, DF, 25 nov. 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm)>. Acesso em: 18 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. **Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.** Brasília, DF, 04 maio 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm)>. Acesso em: 15 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. **Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.** Brasília, DF, 25 fev. 1967. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0200.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm)>. Acesso em: 18 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. Resolução CFC nº 1.128, de 21 de novembro de 2008. **Aprova a NBC T 16.1 - Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação.** Brasília, DF, 25 nov. 2008. Disponível em: <[http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucaoafc1128\\_2008.htm](http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucaoafc1128_2008.htm)>. Acesso em: 18 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. Resolução CFC nº 1.129, de 21 de novembro de 2008. **Aprova a NBC T 16.2 – Patrimônio e Sistemas Contábeis.** Brasília, DF, 25 nov. 2008. Disponível em: <[http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucaoafc1129\\_2008.htm](http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucaoafc1129_2008.htm)>. Acesso em: 18 nov. 2011.

CRUZ, Flávio da (coord.) **Lei de responsabilidade fiscal comentada: lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FELGUEIRAS, José Antônio. **Contabilidade Pública.** Rio de Janeiro: Maria Augusta Delgado, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IUDÍCIBUS, Sergio. **Teoria da Contabilidade.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública: teoria e prática.** 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, Diana Vaz de; SANTANA, Cláudio Moreira; GUEDES, Marianne Antunes. As normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público e a legislação contábil pública brasileira: uma análise comparativa à luz da teoria contábil. **Contabilidade, gestão e governança**, Brasília: SEER, v. 12, n. 2, p. 15-23, maio/ago. 2009. Disponível em: <[http://cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/65/pdf\\_1](http://cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/65/pdf_1)> Acesso em: 13 nov. 2011.

LOPES, Alexandre Silveira et al. O Ensino de Contabilidade Estratégica nas IES Públicas do Estado do Rio de Janeiro. **Sociedade, contabilidade e gestão**, Rio de Janeiro: FAC/UFRJ, v. 2, n. 2, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/ufrrj/article/view/583>> Acesso em: 02 nov. 2011.

MARTINS, Francini et al. Percepção dos formando de Ciências Contábeis 2007/2 das universidades da Grande Florianópolis sobre Governança Corporativa. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis: CRCSC, v. 7, n. 21, p. 85-101, ago./nov. 2009. Disponível em: < <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/CRCSC/article/viewFile/1074/1007>> Acesso em: 02 nov. 2011.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 37. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

MOTA, Francisco Glauber Lima; FEIJÓ, Paulo Henrique; PINTO, Liane Ferreira. **Curso de SIAFI: uma abordagem prática da execução orçamentária e financeira**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

QUINTANA, Alexandre Costa et al. **Contabilidade Pública: de acordo com as novas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público e a lei de responsabilidade fiscal**. São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2011

#### APÊNDICE A – Questionário para Pesquisa Acadêmica

Questionário para Pesquisa Acadêmica					
Sexo:	H <input type="checkbox"/>	M <input type="checkbox"/>	Idade:	_____	
Turno:	Manhã <input type="checkbox"/>	Noite <input type="checkbox"/>	Trabalha?	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
1. Está cursando 7º ou 8º período de Ciências Contábeis?					
	Não <input type="checkbox"/>	Sim <input type="checkbox"/>			
* Em caso de resposta negativa, favor não responder as demais questões.					
2. Já cursou alguma disciplina sobre Contabilidade Pública?					
	Não <input type="checkbox"/>	Sim <input type="checkbox"/>	Quantas?	_____	
* Em caso negativo não responda a questão 3.					
Responda as próximas questões (3 a 6) através de uma escala de 1 a 5, onde 1 é o menor grau e 5 é o maior grau:					
3. Quanto o ensino de Contabilidade Pública contribui para a sua formação?					
	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>	5 <input type="checkbox"/>
4. Quanto você domina o assunto Contabilidade Pública?					
	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>	5 <input type="checkbox"/>
5. Qual o seu interesse em trabalhar na área de Contabilidade Pública?					
	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>	5 <input type="checkbox"/>
6. O quanto você se sente preparado para trabalhar nesta área?					
	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>	5 <input type="checkbox"/>